

**MUNICIPIO
DE
PAREDES DE COURA**



ATA N.º 06/2020 –14 DE DEZEMBRO DE 2020

DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

(MANDATO DE 2017/2021)

(Contém 05 páginas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente: Vítor Paulo Gomes Pereira
Vereador: Tiago Manuel Pereira da Cunha
Vereadora: Maria José Brito Lopes Moreira
Vereador: Vítor Manuel Rosas da Silva
Vereador: Sérgio de Sousa Caselhos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Ata n.º 06/2020 da reunião extraordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2020 iniciada às 10h30m e concluída às 11h30m.

SUMÁRIO	PÁGINAS
ABERTURA	3
PERÍODO DA ORDEM DO DIA	3
DELIBERAÇÕES DIVERSAS	3
ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO	3
ADITAMENTO AO PROTOCOLO COM A ZENDAL	4
DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS	5
5ª ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE FORMARIZ	5
APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA	5
ENCERRAMENTO	5



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

ABERTURA

No dia catorze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, no edifício dos Paços do Concelho e sala de sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a presidência de **Vítor Paulo Gomes Pereira**, estando presentes os vereadores: **Tiago Manuel Pereira da Cunha, Maria José Brito Lopes Moreira, Vítor Manuel Rosas da Silva e Sérgio de Sousa Caselhos**.-----

A reunião foi secretariada por Ana Clara Ribeiro de Carvalho, técnica superior do Serviço Administrativo e Financeiro do Município.-----

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver quorum para funcionamento do executivo, o presidente declarou aberta a sessão.-----

De seguida foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta do vereador Sérgio de Sousa Caselhos, por impedimento profissional.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

PONTO 01: Apreciação, discussão e votação de proposta de estratégia local de habitação do concelho de Paredes de Coura.-----

Nos termos do previsto no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, diploma que implementa o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, cabe aos municípios agregar, avaliar e gerir todos os pedidos de apoio ao abrigo do 1.º Direito que lhe sejam submetidos em consonância com a estratégia por eles definida para as soluções habitacionais que pretendem ver desenvolvidas no seu território, promovendo as ações necessárias para assegurar a universalidade, a coerência e a equidade no acesso a essas soluções por parte das pessoas e agregados que vivem em condições indignas e em situação de carência financeira.-----

Estipula ainda o artigo 30.º do mesmo diploma legal que em alinhamento com os princípios constantes do artigo 3.º e com o diagnóstico global atualizado das carências habitacionais identificadas no seu território, cada município define a sua estratégia local em matéria de habitação e prioriza as soluções habitacionais que, em conformidade, pretende ver desenvolvidas no respetivo território ao abrigo do 1.º Direito e onde se devem enquadrar todos os pedidos a candidatar a Apoio ao abrigo 1.º Direito.-----

Por sua vez, a Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, regulamenta o Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, e prevê no n.º 1 do seu artigo 2.º que a apresentação de candidaturas a apoio ao abrigo do programa 1.º Direito depende da prévia aprovação pelos competentes órgãos do município da estratégia local de habitação a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, elaborada nos termos definidos no n.º 2 do mesmo artigo 2.º.-----

A estratégia local de habitação do concelho de Paredes de Coura foi já submetida à apreciação da Assembleia Municipal na sua reunião de 19/12/2019, visando-se o envolvimento do órgão deliberativo do município no seu processo de elaboração. No entanto, conforme previsto no n.º 6 do artigo 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, aquele documento é mutável e deve adaptar-se às necessidades apuradas, em cada momento, no território. Assim, no último ano, continuou a ser feito o diagnóstico global atualizado das carências habitacionais existentes no concelho, contendo as características e o número de situações de pessoas e agregados que nele vivem em condições habitacionais indignas e, em conformidade com a informação recolhida, procedeu-se à atualização da estratégia local de habitação do concelho anteriormente aprovada pelos órgãos (executivo e deliberativo) municipais.-----

No seguimento do enquadramento legal e factual referido, visando, designadamente, a apresentação de candidaturas a apoio ao abrigo do programa 1.º Direito, foi pelo Município de Paredes de Paredes de Coura elaborada, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, e de acordo com



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

os princípios do 1.º Direito, a estratégia local de habitação do concelho de Paredes de Coura que se anexa a esta ata como Doc. n.º 1 e que dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos, a qual corresponde a uma versão atualizada da anterior e que, em cumprimento das normas supracitadas, importa submeter à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.-----

Em decorrência do exposto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a estratégia local de habitação do concelho de Paredes de Coura anexa à presente ata como Doc. n.º 1 e submetê-la à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

ADITAMENTO AO PROTOCOLO COM A ZENDAL

PONTO 02: Apreciação, discussão e votação de aditamento ao protocolo de venda de lotes com a ZENDAL Portugal -----

O **MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA**, ente de direito público equiparado a pessoa coletiva n.º 506 632 938, representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Vitor Paulo Gomes Pereira, adiante designado 1.º outorgante e a -----

ZENDAL PORTUGAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA. (*) NIPC 299 578 569, com sede na Rua Pintor Laxeiro, nº 11, 2º A, Vigo – Espanha, representada por Henrique Fonterigo Quinomes, adiante denominado 2º outorgante, Considerando o revelante interesse municipal deste investimento, acordam entre si o presente protocolo, nos termos das cláusulas seguintes:-----

1.ª -----

A 2.ª Outorgante pretende criar a sua unidade de aquisição, preparação, fabricação, comercialização, importação, exportação e investigação de produtos farmacêuticos tanto de uso humano como de uso veterinário.

2.ª -----

A 2ª outorgante solicitou um aumento da área de implantação de modo a construir uma estação de tratamento de águas residuais, uma subestação elétrica e maior espaço de estacionamento tendo, para satisfação desse pedido, o Município procedido à reformulação do loteamento. -----

3ª -----

A 1.ª outorgante vende à 2ª, para os fins referido na cláusula 2ª, os Lotes nºs 502 a 533 da Zona Industrial de Formariz, com a área total 49 909,00 m2 (quarenta e nove mil novecentos e nove metros quadrados), ao preço unitário de 7,00 € (sete euros), valor este procedente de avaliação por perito e total de 349 363,00 € (trezentos e quarenta e nove mil trezentos e sessenta e três euros). -----

4ª -----

prejuízo do disposto na clausula 4, a 2ª outorgante declara que não se opõe a que seja constituído direito de reversão em caso de inutilização ou direito de preferência em futura venda, garantindo-se deste modo o retorno à esfera pública em caso de alteração das circunstâncias atuais. -----

5ª -----

O Município gozará de direito de preferência em primeiro grau sobre os prédios objeto do negócio, nas transmissões inter vivos, dos direitos sobre os prédios ora transmitidos e as respetivas edificações existentes ou futuras, bem como na adjudicação em liquidação e partilha de sociedade – o que constará como ónus registral sobre o prédio.-----

O direito de preferência em relação às alineações subsequentes não é prejudicado pelo não exercício, em relação a alguma ou algumas delas, desse direito, mantendo-se em relação aos adquirentes as obrigações decorrentes da presente venda.-----

A comunicação do projeto de venda e o exercício da preferência rege-se nos termos legais.-----

6ª-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

O 2º outorgante obriga-se a iniciar a construção para a instalação da unidade industrial no prazo máximo de um ano, a contar da assinatura do presente protocolo e a assegurar a sua entrada em funcionamento no prazo máximo de dois anos a contar da mesma data. -----

A 1ª outorgante isentará a 2ª do pagamento das taxas de licenciamento das obras, a título de incentivo, ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Regulamento das Zonas Industriais. -----

O 2º outorgante fica obrigado a todos os trâmites legais de licenciamento da unidade industrial. -----

7.ª -----

A escritura pública de venda será outorgada no prazo máximo de um ano a contar da assinatura deste documento.

8.ª -----

A 2ª Outorgante obriga-se à instalação de sistemas de redução da poluição em todos os processos de fabrico e nas atividades que desenvolver. -----

Os resíduos poluentes que, mau grado, vier a produzir serão convenientemente tratados e eliminados pelo 2º outorgante, preservando o meio ambiente e os recursos naturais, em especial as águas. -----

9.ª -----

O incumprimento de qualquer das obrigações contratuais assumidas pela 2º Outorgante, sem prejuízo de outras sanções previstas no ordenamento jurídico, constitui fundamento para a resolução do contrato, revertendo o direito de superfície para a esfera jurídica da 1º Outorgante. -----

A situação prevista no número anterior, o devedor poderá adquirir o terreno pagando o preço devido, a valor de mercado, referido à data da resolução. -----

10.ª -----

As partes declaram conhecer o Regulamento das Zonas Industriais, aprovado em 2008 05 19 pela Câmara Municipal e em 2008 06 20 pela Assembleia Municipal, que as obriga e aqui se dá por integralmente reproduzido.

11ª -----

O presente aditamento ao protocolo substitui integralmente o protocolo inicial, acordado em 06/08/2019. -----

Por assim terem acordado e tal corresponder às vontades das partes, vão outorgar o presente protocolo, de que se farão dois exemplares (um para cada parte). -----

Paredes de Coura, 2020 12 09 -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o protocolo de cedência de lotes à Zendal Portugal, Sociedade Unipessoal, Lda., supratranscrito. -----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

5ª ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE FORMARIZ

PONTO 03: - Apreciação, discussão e votação de proposta de alteração ao Loteamento da Zona Industrial de Formariz – 5ª fase, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Loteamento da Zona Industrial de Formariz – 5ª fase, que se anexa a esta ata como seu documento e dela fica a fazer parte integrante e submetê-la a um período de consulta pública, pelo prazo de 15 dias úteis. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta. -----

ENCERRAMENTO

E não havendo mais nada a tratar, foi, pelo presidente, encerrada a reunião, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente e pelo secretário. -----